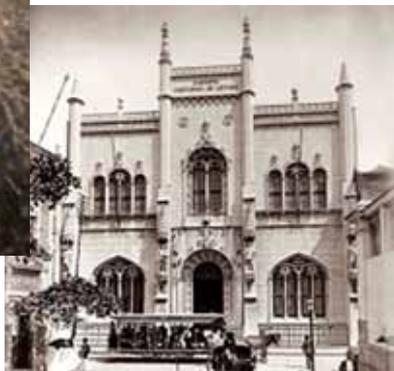
ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

D. Pedro II
"O Magnânimo"

Prédio do Real Gabinete Português de Leitura.
Rio de Janeiro (foto de Marc Ferrez - 1887)

BOLETIM INFORMATIVO Nº 71

AGOSTO DE 2016

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA
DE SANTA CATARINA

Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC

Caixa postal 229 - CEP 88.010-970

A **AFSC**, fundada em 6/8/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/9/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/8/1970.

DIRETORIA eleita em julho de 2016 para o período de agosto/2016 a agosto/2017:

Presidente:	Demétrio Delizoicov Neto
Vice-presidente:	Luis Claudio Fritzen
Primeiro secretário:	Ernani Santos Rebello
Segundo secretário:	Fabio Nakamura
Primeira tesoureira:	Lucia de Oliveira Milazzo
Segundo tesoureiro:	Fred Leite Siqueira Campos
Diretor de Sede:	Hugo Nestor Ciavattini

Conselho fiscal:

Juliano Natal	Bernardo Bihr Lopes (Suplente)
Romeu Odilo Trauer	Paulo Cesar da Silva (Suplente)
Rubens Moser	Roque Rosseto (Suplente)

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim - Santa Catarina Filatélica. Anualmente, realiza, no mês de agosto - mês do seu aniversário de Fundação -, o tradicional Encontro de Colecionadores. Todas as publicações e convites para realizações da AFSC são enviados aos associados, Clubes e Associações congêneres. Há também uma biblioteca especializada à disposição dos associados na Sede da AFSC.

Para suporte aos dispêndios decorrentes das atividades referidas, a AFSC depende principalmente da arrecadação das anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias e valores, válidos a partir de janeiro de 2017:

Efetivos - residentes em Florianópolis, com idade a partir de 18 anos	R$120,00 (*)
Juvenis - com idade inferior a 18 anos	R$20,00
Correspondentes no Brasil - residentes fora de Florianópolis	R$40,00
Correspondentes no Exterior - residentes fora do Brasil	US$ 35,00

Associe-se!

Envie-nos cópia preenchida da ficha para associação, encontrada em nosso site na internet:

www.afsc.org.br

(*) Até 31/12/2016 o valor da anuidade para Associados Efetivos é de R$100,00

PALAVRAS DO PRESIDENTE

De modo semelhante às demais agremiações de filatelia, a AFSC depende sobremaneira da dedicação de uma equipe, pequena, de obstinados colecionadores para planejar e levar adiante as atividades que promove. Destacam-se, além dos afazeres mais cotidianos para a manutenção da Sede própria e da administração da AFSC, a VSO no último sábado de cada mês, o encontro anual de colecionadores, que conta com participantes de vários lugares do Brasil e exterior e, especialmente, a edição do boletim Santa Catarina Filatélica, com periodicidade semestral.

O envolvimento desse grupo tem não só mantido vivo o interesse pelo colecionismo e pela AFSC, como renovado a frequência na Sede, ampliando-a. O desafio que pretendemos enfrentar neste momento é dinamizar três aspectos: Um, diz respeito à implementação sistemática, na nossa Sede, de apresentações de coleções por seus autores. Um espaço conveniente está sendo preparado para que coleções sejam expostas. O segundo, refere-se a uma campanha para a ampliação do número de associados, sem os quais ficaria difícil a AFSC manter sua tradicional história na disseminação do colecionismo, sobretudo filatélico e numismático. O terceiro aspecto diz respeito a incentivar a montagem de novas coleções.

Para tanto, acreditamos que o nosso boletim tem um papel a desempenhar como um dos meios importantes de interação com os associados, em particular com os associados correspondentes, uma vez que esses não têm a possibilidade de frequentar a nossa Sede de modo constante e sistemático.

Demétrio Delizoicov Neto
Presidente da AFSC

ÍNDICE GERAL

Bilhetes e Notas[1] *do primeiro Banco do Brasil*
(1808 a 1829[2]*)*

Márcio Rovere Sandoval - Montreal, Canadá (*)

1 Considera-se *"bilhete"* o documento representativo da moeda emitido por banco ou outro estabelecimento autorizado pelo Governo com promessa de reembolso em espécie metálica. A *"nota"* apresenta as mesmas características com exceção da promessa de reembolso, sendo, portanto, inconversível. Hoje, estes conceitos são hipotéticos frente à realidade de um papel-moeda de curso legal e inconversível. A ideia do lastro monetário permaneceu viva até os anos 30, quando foi definitivamente posta de lado.

2 Período de existência do Banco. As primeiras emissões datam de 1810 e a desmonetização de todas as emissões foi realizada em 1841.

Figura 1 (página anterior) – Foto da antiga Rua Direita (atual 1° de Março) no Rio de Janeiro (18,5 x 21,6 cm *Coleção Gilberto Ferrez*[3]), vista por anônimo da *Casa Leuzinger*[4], cerca de 1860. O prédio em primeiro plano foi, no século XVII, a Casa dos Governadores, que passou a ser depois "dos Contos", isto é, da Fazenda. De 1815 a 1835 abrigou a sede do 1° Banco do Brasil. Em 1870, foi demolido para dar lugar ao edifício construído pela Associação Comercial para abrigar a terceira Praça do Comércio do Rio de Janeiro; as obras iniciaram-se em 1880 e finalizaram apenas em 1906. Ali funcionou de 1906 até início dos anos vinte, além da terceira Praça do Comércio, a "Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro" (a Bolsa de Valores). Em 1926, o Banco do Brasil instalou nele sua sede. Atualmente, o prédio abriga o Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro (CCBB/RJ).

O primeiro Banco do Brasil

O Alvará de 12 de outubro de 1808, assinado pelo então Príncipe Regente D. João (1808-1815), criou o Banco do Brasil[5], conferindo-lhe poder de emissão. Sua criação está ligada à transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil.

No curso das Guerras Napoleônicas, com a radicalização das disputas entre a França e a Inglaterra, foi declarado, por Napoleão Bonaparte, o Bloqueio Continental, que consistia em impedir o acesso aos navios ingleses aos portos das demais nações europeias.

Portugal, aliado e dependente econômico da Inglaterra, não aceitou, ou melhor, não pôde aceitar o bloqueio, sendo, por esse motivo, invadido pelas tropas napoleônicas.

D. João, com auxílio da Inglaterra, refugiou-se na Colônia, na América, levando consigo sua Corte[6]. A presença da Corte no Brasil[7], a Abertura dos Portos[8] (1808) e a falta de metais preciosos para atender às necessidades do meio circulante foram alguns fatores que levaram à criação de um Banco emissor, o Banco do Brasil, o primeiro Banco do mundo dito português[9]. Foi criado por sugestão de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (o Conde de Linhares), com a intenção

---

3 A *Coleção Gilberto Ferrez* foi adquirida, em 1998, pelo Instituto Moreira Salles (IMS). A imagem provém do livro: *O Paço da Cidade do Rio de Janeiro*. Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1985, p.13. O Arquivo Histórico do Banco do Brasil possui a mesma foto, nos levando a pensar que se trata de outra tiragem do mesmo negativo.

4 Estabelecimento comercial de *Georg Leuzinger* (1813-1892), fotógrafo suíço que chegou ao Brasil em 1832 e adquiriu, em 1840, uma papelaria que logo transformou em oficina de gravura, tipografia e litografia. Na década de 1860, Leuzinger instalou ali um ateliê fotográfico. Também funcionou como casa editorial.

5 Cognominado o "1° Banco do Brasil", eis que essa primeira "fase" da história do banco teve formalmente fim com sua liquidação em 1829. Um entendimento mais moderno considera que essa foi a primeira fase da atual instituição, que já conta com 208 anos.

6 A leva inicial foi estimada em 15.000 reinóis (esse entendimento não é pacífico).

7 Havia uma necessidade premente de financiar as despesas governamentais.

8 O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi promulgado em Salvador (Carta Régia de 28 de janeiro de 1808), quatro dias após a chegada da Família Real ao Brasil.

9 O Banco de Portugal seria criado bem mais tarde, em 1846. O primeiro banco português, o Banco de Lisboa, no entanto, foi criado em 1821.

de fomentar o comércio e a criação de uma indústria manufatureira. Mas a verdadeira intenção na criação do Banco, que veio, inclusive, consubstanciada no próprio Alvará de criação, era a de financiar a despesa pública. Foi também um instrumento dócil nas mãos do Governo para lhe emprestar quanto dinheiro necessitasse para a manutenção da Corte, sendo assim, na prática, um simples caixa suplementar do Tesouro.

No entanto, a história do Banco tomou rumos inesperados; mesmo sobre suas notas desvalorizadas "*fez-se a independência, impulsionou-se o progresso material, consolidou-se a unidade nacional – em uma palavra, constitui-se politicamente o Brasil*"[10].

Além do dinheiro que o Banco emprestava ao Governo para suas despesas, serviu também o papel desvalorizado do Banco para o financiamento de obras públicas, no Rio de Janeiro. Entre elas podemos citar o prédio da Praça do Comércio[11], construído entre 1819 e 1820, projetado pelo arquiteto da Missão Artística Francesa, *Grandjean de Montigny*.

Nesse diapasão, o 1° Banco do Brasil foi o quarto banco emissor do mundo, apenas precedido pelo Banco da Suécia (1668), da Inglaterra (1694) e da França (1800). Foi também, o primeiro banco público emissor estabelecido no continente americano.

A sede do Banco do Brasil ficava no Rio de Janeiro, em um prédio situado na Rua Direita (atual Primeiro de Março), como veremos detalhadamente, a seguir.

No início, houve dificuldades na subscrição das cem primeiras ações do Banco, o que provocou retardo em seu funcionamento. O Governo, necessitando de recursos, recorreu a um empréstimo na Inglaterra, enviando como garantia de seu débito 50 mil quilates de diamante mineiro; a amortização da dívida seria paga em prestações anuais de 60 mil libras[12].

Seus bilhetes, inicialmente lastreados, se transformaram em notas inconversíveis quando da liquidação, em 1829.

Os primeiros bilhetes foram emitidos em 1810, sendo os primeiros da espécie (bilhetes de banco) a circular no Brasil. No inicio, eram lastreados e podiam ser trocados ao portador por moeda sonante, à vista. Tinham curso forçado e eram aceitos pela Real Fazenda em todos os recebimentos e utilizados em todos os seus pagamentos.

A falsificação dos bilhetes do Banco foi equiparada ao crime de moeda falsa, incorrendo na pena de morte aos falsários.

Em 1815, a então Colônia se tornou em termos administrativos - Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, *status* alcançado pela presença da Família Real, que permaneceu no Brasil até 1821.

Em conformidade com a Carta de Lei de 16 de fevereiro de 1816, criaram-se Caixas Filiais do Banco do Brasil, na Bahia (1818) e em São Paulo (1820).

---

10 F. dos Santos Trigueiros. Dinheiro no Brasil. Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial. 2ª edição, 1987, p. 82.

11 Antepassado da Bolsa de Valores. Hoje, o prédio abriga a Fundação Casa França Brasil, entidade cultural que se ocupa de eventos artísticos e exposições.

12 História do Banco do Brasil. Afonso Arinos de Melo Franco. Primeira Fase 1808-1835. 1° V. Brasília: 1973, p.34-35.

O Banco passou a enfrentar dificuldades quando D. João VI retirou todo o ouro e as jóias nele depositados, pouco antes de seu retorno a Portugal. Mesmo com a falta de lastro[13] para os bilhetes, as emissões prosseguiram, o que veio a causar a desvalorização da moeda e a elevação dos preços.

O Banco foi liquidado em 1829[14], como previam seus estatutos e pela condição de insolvência em que se encontrava. Seus bilhetes continuaram a circular por algum tempo com a "garantia" governamental, até serem substituídos por cédulas do Tesouro Nacional. A dívida do Governo para com o Banco contribuiu majoritariamente para sua insolvência e posterior liquidação.

Em 1828, tiveram início as primeiras emissões do Tesouro Nacional, quais sejam, as cédulas para o resgate da moeda de cobre na Bahia que foram estendidas, em 1833, para as demais províncias. Todas essas emissões foram largamente falsificadas, o que levou o Governo, com a Lei de 6 de outubro de 1835, a substituir todas essas emissões, incluindo os bilhetes e notas do extinto Banco, pelas novas cédulas do Tesouro Nacional, impressas na Inglaterra, pelo impressor *Perkins, Bacon & Petch (PB&P.)*, de Londres[15].

A sede do primeiro Banco do Brasil

Durante os cinco primeiros anos de funcionamento[16], o banco teve sede em um prédio na esquina da Rua Direita (atual Primeiro de Março) com São Pedro, no Rio de Janeiro, esta última desaparecida com a abertura da Avenida Presidente Vargas[17]. Em 1815, foi transferido para um prédio que havia sido a Casa dos Governadores de 1698 até 1743[18], que passou a ser depois "dos Contos", isto é, da Fazenda. Essa casa também se situava na Rua Direita, sendo umas das melhores casas da cidade. De 1815 a 1835 abrigou a sede do 1° Banco do Brasil. Na imagem reproduzida acima (figura 1), podemos ver uma das raras fotografias em que o prédio aparece.

A história desse prédio se confunde com a própria história da cidade e mesmo, diríamos, com os primórdios da formação do país. Em 1555, os franceses capitaneados por *Nicolas Durand de Villegagnon* apossaram-se da baía de Guanabara e estabeleceram uma Colônia na Ilha de Sergipe (atual *Villegagnon*) e lá ergueram um forte (Forte *Coligny*). Era a *França Antártica*. Essa colônia foi atacada e destruída pelos portugueses em 1560. Em 1° de março de 1565, para consolidar a posse da terra, foi fundada a cidade de *"São Sebastião do Rio de Janeiro"*. Inicialmente, a povoação foi instalada num istmo entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar. Depois, por questões de defesa, a cidade foi refundada no alto do Morro do Castelo, de onde começou sua expansão.

---

13 Segundo o Alvará de 12 de outubro de 1808, os bilhetes eram pagáveis ao portador, à vista. Mas, segundo os Estatutos, o Banco poderia emitir notas ilimitadamente, apenas com a *"necessária cautela para que elas fossem pagas na sua apresentação..."*.

14 Extinção do Banco – Lei de 23 de setembro de 1829.

15 O seu sucessor, *Perkins Bacon & Co (PB&Co.),* viria a imprimir, em 1839, o primeiro selo postal do mundo, o *Penny Black*.

16 O Banco começou a funcionar desde o momento em que conseguiu integralizar as 100 primeiras ações, na conformidade do Art. 1° de seus Estatutos, ou seja, em finais de 1809.

17 História do Banco do Brasil. Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010, p. 13.

18 Essa foi a segunda a ser assim designada.

O primeiro eixo dessa expansão foi justamente a Rua Direita (atual 1° de Março[19]).

Ao que tudo indica, o prédio foi construído nos primórdios do século XVII[20], mas a primeira notícia concreta que se tem dele é que, em 1698[21], pertencia ao provedor da Fazenda Pedro de Souza Pereira, sendo, então, a melhor casa da cidade. Foi adquirida, naquele ano, para servir de residência aos governadores do Rio de Janeiro, servindo a essa destinação até 1743. Ficou mais conhecida como Casa dos Contos do que Casa dos Governadores, *porque nesta Casa da Provedoria se recolhiam os cabedais da Coroa, importantes em avultados contos de réis*[22].

Figura 2 – Detalhe da vista da marinha da cidade do Rio de Janeiro, do morro do Castelo até o morro de São Bento, com a legenda *"St. Sebastian Ville Episcopale du Brésil"*, inserida no livro *"Relation d'un Voyage fait en 1695, 1696, 1697, aux côtes d'Afrique, Detroit de Magellan, Brésil et Cayenne..., do Sieur François Froger*, Paris, 1698[23]. Gravação a buril. A letra A é a *Casa dos Governadores,* que será, na sequência, *Casa dos Contos* (por abrigar a Junta da Fazenda e o Erário Régio) e *sede do 1° Banco do Brasil*[24]. A letra B, os Beneditinos; a C, os Carmelitas e a E, os Capuchinhos.

Vejamos o que nos relata Gilberto Ferrez acerca do antigo prédio da Casa dos Governadores, depois "Casa dos Contos", que abrigou o 1° Banco do Brasil, na antiga Rua Direita[25].

> "É (...) dessa casa que se fala no precioso *Diário Anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias Espanholas de 1702-3".*

19 Ganhou esse nome em 1875 em homenagem à vitória aliada, na Batalha de Cerro Córa, que pôs fim à Guerra do Paraguai, em 1° de março de 1870.

20 Não encontramos nenhuma referência ao ano de construção.

21 COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no Século 17. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, p. 226-227)

22 *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.* José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822, Vol. VII, p. 32.

23 Esta obra foi reeditada em 1699 e 1700.

24 Mais tarde, ali também estiveram o Correio e a Caixa de Amortização.

25 Parte dessa citação foi incluída na matéria sobre o Palácio Monroe, publicada no Boletim n° 68 da AFSC, que repetimos aqui pela pertinência do relato.

"A rua mais comercial e a mais freqüentada, é aquela onde mora o governador e que chamam a grande rua. É bastante larga, bastante comprida e compreende sozinha mais da metade da cidade." [...] "No meio desta rua, do lado do mar está a Casa do Governador, que não é grande coisa.

É óbvio que, comparada aos palácios e castelos da França, era pouca coisa. Mas no Brasil colonial, com parcos recursos técnicos e financeiros, essa sóbria residência era um nobre casarão à feição da arquitetura brasileira do século XVII – como atesta a fotografia da Casa G. Leuzinger, de c. 1860. *Infelizmente foi demolida em 1870 para dar lugar, mais tarde – após grandes reformas – ao Banco do Brasil.*

Tinha doze janelas de sacada no segundo pavimento, notando-se sobre uma delas as armas do Império e quatro portas e quatro janelas no primeiro pavimento. Ainda se nota junto à parede desse edifício um dos antigos oratórios que serviam para os Passos da procissão do Senhor, que saía da igreja da Misericórdia." (*in*, O Paço da cidade do Rio de Janeiro. Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1985, p. 11/13). (grifo nosso)

Em 1711, a então Casa dos Governadores foi retratada em chamas em uma estampa anônima[26], quando, em 1710, o corsário francês *Jean François Duclerc* invadiu o Rio de Janeiro.

Em 1805, o prédio foi assaltado e incendiado por ladrões e logo depois foi reconstruído pelo Vice-Rei D. Fernando José de Portugal, permanecendo ali a Junta da Fazenda. Em 1808, com a chegada da Família Real, a Junta da Fazenda foi alçada a Real Erário que, em 1815, foi transferido, dando lugar à sede do 1° Banco do Brasil.

Vejamos, em Pizarro[27], a descrição do assalto ao prédio da então Junta da Fazenda:

"Acontecendo em dias do ano de 1805 que, por uma sociedade de homens dados ao latrocínio, se incendiasse a Casa dos Contos, onde a Real Junta da Fazenda tinha o seu assento, à sua mui ativa vigilância e disposição (do Vice-Rei) *deveram os cofres ficar salvos e livres do menor desfalque: Arruinada, porém, a casa e sendo por esse motivo renovada (...)".*

Finalmente, em cerca de 1870, a casa já em mau estado de conservação (figura 1), diríamos mesmo em estado de abandono, foi infelizmente demolida, dando lugar ao edifício construído pela Associação Comercial para abrigar a terceira Praça do Comércio do Rio de Janeiro. As obras iniciaram-se em 1880 e finalizaram em 1906. Ali funcionou, de 1906 até inicio dos anos vinte, além da terceira Praça do Comércio, a "Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro", ou seja, a Bolsa de Valores. Em 1926, o Banco do Brasil instalou nele sua sede.

Atualmente, o prédio abriga o Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro (CCBB - RJ).

---

26 Manuscrito anônimo de 1711 da Biblioteca da Ajuda (Lisboa): *Relação da chegada d`armada francesa a este Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1710*. (*in* O Paço da Cidade do Rio de Janeiro. Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1985, p. 11 e 12).

27 Citado por Afonso Arinos na *História do Banco do Brasil*, p. 59; no entanto, não localizamos em Pizarro.

Figura 3 – Bilhete do 1° Banco do Brasil de 8$000 réis de 1810 (1ª emissão), N° 61316 (antiga Coleção Julius Meili, n°43 e 24[28]), reprodução a partir da Iconografia do Meio Circulante do Brasil, 1972 (cerca de 190 X 150 mm[29]). No canto superior esquerdo, temos uma alegoria com o *"Flussgott[30]",* ou seja, "deus do rio", e vista de uma das fortalezas da baía do Rio de Janeiro. O bilhete tem três assinaturas, sendo uma no reverso, de Antonio José de Araujo. Trazia a seguinte legenda[31]: *"Rio de Janeiro. A Junta do Banco do Brazil em nome da Assembléia Geral delle pagará ao portador à vista a quantia de oito mil réis valor da presente Nota n° Sessenta e um mil trezentos e dezesseis. O Director Presidente. Jose Ribeiro da Fonseca e ?* (assinatura ilegível). Julius Meili classifica esse bilhete como *"sehr rar"*, ou seja, muito raro.

---

28 Esse bilhete foi reproduzido na obra de Julius Meili em duas ocasiões, a primeira no volume de 1895 (As Moedas da Colônia do Brasil – Tabela XL, n° 43), cuja descrição se encontra no volume de 1897, pag. 256 (O Meio Circulante no Brasil, Parte I - As Moedas da Colônia do Brasil). Depois foi inserido, também, na Parte III – A Moeda Fiduciária no Brasil, Estampa 6, n° 24. Em 1972, aparece na Iconografia do Meio Circulante do Brasil, edição do Banco Central, pg. 147, n°190, pertencente à Coleção do Museu do Banco do Brasil (atual CCBB – RJ).

29 O Catálogo J. Vinicius de Cédulas do Brasil, 1773 a 1980, 1ª edição 1981-82, de autoria de José Vinicius do Amaral, indica as dimensões dos bilhetes do 1° Banco do Brasil. Comparando com o bilhete de 8$000 réis, reproduzido na Iconografia do Meio Circulante do Banco Central, obra de 1972, essas dimensões conferem aproximadamente. Como os bilhetes eram cortados, suas dimensões são irregulares.

30 Conforme se refere *Julius Meili* no primeiro volume do "O Meio Circulante do Brasil, Parte 1 – As Moedas da Colônia do Brasil", pg. 256 (obra em língua alemã), que traz a descrição do bilhete de 8$000 réis do 1° Banco do Brasil.

31 O número do bilhete, o valor em algarismos, a expressão *vista*, o valor por extenso e o número da nota por extenso eram manuscritos.

Com vimos, o 1° Banco do Brasil iniciou suas emissões em 1810. Para a 1ª emissão foram comprovados 17 valores entre 21 que podem ter existido. Para a 2ª emissão, temos apenas dois valores, emitidos para fazer frente à necessidade de troco e, finalmente, a 3ª emissão, com 19 valores, determinada concomitantemente à liquidação do Banco, dando a esta o curso forçado e a inconversibilidade. Tinham como objetivo substituir as emissões anteriores por outras de “melhor padrão”, tendo em vista a verificação dos valores em circulação. Na verdade, estavam formalizando sua inconversibilidade em metal. Os bilhetes e notas do Banco foram desmonetizadas em 1841[32].

Conforme o Artigo 1° dos estatutos do Banco, datados de 8 de outubro de 1808, como vimos, ele teria o direito de iniciar suas emissões logo que tivesse em caixa as cem primeiras ações. Em virtude de ser um negócio desconhecido, os comerciantes, a princípio, tiveram receio de subscrever as ações, o que veio a retardar o início das atividades do banco, verificado apenas em 11 de dezembro de 1809.

A 1ª emissão deu-se em 1810, sendo os primeiros bilhetes semelhantes à libra esterlina.

Abaixo, apresentamos um exemplar de 1810 da libra esterlina (um bilhete falso de época) em que se pode notar a semelhança com os primeiros bilhetes do 1° Banco do Brasil, notadamente a legenda *“I promise to pay to...”*. Nesse sentido, os bilhetes do 1° Banco do Brasil eram mais “modernos”. Já não traziam o nome do consignado, apenas a expressão *“pagará ao portador à vista...”*. Posteriormente, foi suprimido o nome do consignado nos bilhetes ingleses, restando apenas *“to pay the bearer on demand...”*. Vejamos:

32 Em relatório do Ministério da Fazenda, apresentado em 8 de maio de 1841 (referente a 1840), o então Ministro da Fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida traz a “Conta de Substituição das notas do Extinto Banco do Brasil a Cargo do Governo...” (p.N4). Essa contabilidade provinha da Caixa de Amortização. *Julius Meili*, no seu volume sobre a Moeda Fiduciária, traz à pg. 19 o mesmo relatório e aponta o Manuscrito do Conselheiro Miguel Archanjo Galvão, que foi inspetor da Caixa de Amortização de 1887 a 1896, como fonte.

Figura 4 (página anterior) – Bilhete do Banco da Inglaterra[33], 10 libras de 22 de fevereiro de 1810, no caso um falso da época. Vinheta de Britânia, à esquerda. Número do bilhete 4201. Traz a seguinte legenda: *"I Promise to pay to Mr. Henry Hase or bearer on Demand the Sum of Ten Pounds 1810 Feb". 22 London 22 Feb". 1810 For the Gov*[r]*: and Comp*[a] *of the Bank of England*[34]. Apresenta duas assinaturas e quatro carimbos de Forjado "Forged". (Fonte: *The Saleroom*, London/UK).

Os bilhetes da primeira emissão (1810-1829)

A 1ª emissão do Banco foi iniciada em 1810. Os bilhetes, como os da Real Extração, apresentavam-se em talões e eram cortados na margem esquerda onde apresentavam arabescos e uma alegoria em formato triangular[35]. Procedia-se dessa forma para uma futura verificação de autenticidade pela comparação com a linha de corte.

Características comuns da 1ª emissão (figura 3): Anverso: unifaciais[36], impressão preta sobre papel branco, em calcografia[37]. No canto superior esquerdo, temos uma alegoria com o *"Flussgott",* ou seja, "deus do rio", e a vista de uma das fortalezas da baía do Rio de Janeiro. Nesse caso, o "deus do rio", a nosso ver, é a personificação das águas da Baía de Guanabara, na visão mitológica greco-romana. Também evoca a Abertura dos Portos, o comércio e os aspectos da baía, com seus morros e fortificações. As alegorias da 2ª e 3ª emissões dão força a essa hipótese. A imagem também é recorrente em outros documentos de época, como nas Apólices da Dívida Pública do Império e da Província do Rio de Janeiro. Apresentam duas assinaturas. Reverso: sem impressão, destinado à assinatura autenticadora. Conforme nos informa F. dos Santos Trigueiros, teriam sido impressas na Imprensa Régia ou no Real Erário, na Rua do Sacramento, com *chapas* vindas de Londres[38]. Apresentam filigrana ou marca d`água, com os dizeres "Banco do Brasil"

---

33 Optamos aqui por reproduzir um bilhete da libra esterlina (falso da época), ou seja, o bilhete reproduzido não foi emitido pelo Banco da Inglaterra. Em virtude do *copyright* sobre os bilhetes emitidos pelo Banco da Inglaterra, é restrita a reprodução, mesmo para fins meramente ilustrativos, tendo-se em vista que todo bilhete emitido depois de 1694 é válido, podendo ser trocado por bilhetes atuais, mesmo se sabendo que o valor numismático é muito superior. A legislação que trata do assunto é o *Currency Banknotes Act* de 1928 e o *Forgery and Counterfeiting Act* de 1981.

34 A legenda *"I Promise to pay..."* constante nos bilhetes do Banco da Inglaterra é a mesma desde as primeiras emissões do Banco (1694) até a atualidade. Hoje, elas não apresentam mais o nome do consignado, ou seja, não são mais nominais.

35 Em muitas ocasiões até mesmo a alegoria aparece cortada.

36 No entanto, o reverso apesar de não conter impressão, era reservado à assinatura autenticadora.

37 Alguns autores indicam a utilização da litografia como método utilizado para a impressão desses bilhetes. A litografia foi introduzida na Inglaterra, no inicio do século XIX, sendo possível que tenham enviado pedras litográficas para o Brasil para a impressão desses bilhetes, mas não temos nenhuma confirmação neste sentido, sendo mais plausível a utilização de uma chapa gravada (calcografia). A litografia foi utilizada na Inglaterra, nos primeiros tempos, para a reprodução de partituras musicais.

38 Dinheiro no Brasil. F. dos Santos Trigueiros. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2ª edição, 1987, p.82 (grifo nosso). Essa informação também se encontra em Julius Meili, V.III (1903), p. 14. No entanto, não pode ser afastada a possibilidade de ter sido realizada a gravação por um dos gravadores da Imprensa Régia, notadamente Romão Elói de Almeida, que veio de Lisboa em 1809, onde havia atuado na Tipografia do Arco do Cego e era profissional da gravura em metal.

na vertical (lado esquerdo) e o valor em algarismos, também na vertical, do lado direito[39].

Além de pequenas diferenças de impressão, devido às diferentes placas empregadas na fabricação, temos a numeração, tanto em algarismos como por extenso, manuscrita. O valor em algarismos aparece, em alguns bilhetes, manuscrito. Acreditamos haver uma maior variedade, o que não foi possível analisar, pela escassez de imgens.

Ao que tudo indica, esses primeiros bilhetes foram impressos com métodos ainda meio rudimentares, provavelmente com placas de cobre, que se desgastavam rapidamente, sendo necessária sua substituição frequente, o que ocasionava uma grande variedade de tipos, dificultando a verificação de autenticidade. Assim, seriam comuns diferenças na impressão até em bilhetes de mesmo valor, o que efetivamente se constata nos bilhetes remanescentes. Esses métodos foram sendo modernizados e os bilhetes da 3ª emissão já vinham gravados em "chapas de aço endurecidas" (*Patent Hardened Steel Plate*), como veremos. Não temos notícias sobre falsificações desses bilhetes, mas certamente ocorreram, como nas demais emissões. Nesse caso, havia a pena de morte, como vimos.

Primeira emissão[40]

1.	30$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 28°[41])	198 x 155 mm
2.	40$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 29º)	190 x 150 mm
3.	50$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 30º)	190 x 150 mm
4.	60$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 31º)	190 x 130 mm
5.	70$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 32º)	190 x 130 mm
6.	80$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 33*)	195 x 135 mm
7.	90$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 34)	195 x 135 mm
8.	100$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 35* e 36)	180 x 130/135 mm
9.	200$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 37º)	180 x 130 mm
10.	300$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 38º)	180 x 130 mm
11.	400$000 réis	(1810 - 1829)	(JM, 39º)	180 x 130 mm
12.	4$000 réis	(1813 - 1829)	(JM, 22º)	180 x 130 mm
13.	6$000 réis	(1813 - 1829)	(JM, 23*)	185 x 135 mm
14.	8$000 réis	(1813 - 1829)	(JM, 24)	190 x 150 mm
15.	10$000 réis	(1813 - 1829)	(JM, 25º)	195 x 150 mm
16.	12$000 réis	(1813 - 1829)	(JM, 26º)	195 x 155 mm
17.	20$000 réis	(1813 - 1829)	(JM, 27º)	195 x 155 mm

39 Constatada no bilhete de 100 mil-réis n°12208, pertencente à Coleção do Museu de Valores do Banco Central.

40 A classificação foi feita pelo ano de emissão e pela sequência de valores; as dimensões aproximadas têm como base a obra de José Vinicius do Amaral, ob. cit., p.99-104, que acreditamos estar próxima da realidade. Na terceira coluna, temos a catalogação da obra de Julius Meili, sendo que o (*) indica que o exemplar pertencia a outra coleção; (°) indica que ele não conheceu nenhum exemplar. Os demais eram bilhetes de sua coleção.

41 Catalogação de *Julius Meili.* A numeração marcada com (*) significa que os exemplares encontravam-se em outras coleções, com (°) significa que ele não chegou a conhecer nenhum exemplar e os com (†) não foram reproduzidos por serem apenas variantes, apresentando diferenças no tamanho, na cor, no arranjo ou na declaração de valor.

Julius Meili[42] reproduziu seis exemplares desses bilhetes em sua obra, quais sejam: bilhetes de 6, 100, 8, 80, 90 e 100 mil-réis e ainda mencionou a existência de um exemplar de 90 mil-réis na coleção de Guilherme Diniz Rodrigues, vejamos:

Valor	Número	Coleção a que pertenciam	Coleção atual
6$000	33325	Antonio Gonçalves da Cunha n° 23*	(?)
90$000[43]	(?)	Guilherme Diniz Rodrigues	(?)
100$000	9153	Guilherme Diniz Rodrigues n° 35*	(?)
8$000	61316	Julius Meili n° 24	CCBB/RJ
80$000	16020	Luiz Carvalho n° 33*	?
90$000	14924	Julius Meili n° 34	CCBB/RJ
100$000	16479	Julius Meili n° 36	CCBB/RJ

Outros bilhetes de que temos notícias da existência:

Valor	Número	Coleção a que pertenciam	Coleção atual
6$000	33322	(?)	(?)
40$000	1725	(?)	Museu BC
40$000	5220	F. Santos Trigueiros	(?)
50$000	7587	(?)	Museu Valores BC
60$000	7639	José Benedito de Moura	Museu Valores BC
90$000	9012	(?)	Museu Valores BC
100$000	12113	(?)	Museu Valores BC
100$000	12208	(?)	Museu Valores BC
90$000	9225	F. Santos Trigueiros	(?)
90$000	9525	F. Santos Trigueiros	? (Heritage Auctions)[44]
90$000	1683(?)	Revista Numismática (SNB)	(?)
(?)	(?)	(?)	Museu Hist. Nacional
(?)	(?)	(?)	Museu Hist. Nacional

Desses bilhetes, Julius Meili afirma não ter visto nenhum exemplar dos de: 4, 10, 12, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 200, 300 e 400 mil-réis. Apenas os bilhetes de 40, 50 e 60 mil-réis apareceram nos dias de hoje.

Em Violo Ídolo Lissa[45], temos a indicação do grau de raridade, mas ele não revela os parâmetros dessa classificação. Assim, temos para os bilhetes de 4 a 100 mil-réis o grau RR, ou seja, muito raro, e para os valores de 200, 300 e 400 mil-réis o de RRR, correspondendo a raríssimo.

42 O Meio Circulante no Brasil. Parte III – A Moeda Fiduciária no Brasil 1771-1900. Zurique, Tipografia de Jean de Frey, 1903.

43 Mencionado (não foi reproduzido) por Julius Meili no Volume I (As Moedas da Colônia do Brasil) do Meio Circulante, 1898, p. 279.

44 Vendida pela Heritage Auctions (Florida) por US$5,000.00, em 7 de janeiro de 2016. Estado de Conservação: *Very Fine* (20).

45 Catálogo do Papel-Moeda do Brasil – 1771-1986. Violo Idolo Lissa. Brasília: Editora Gráfica Brasiliana Ltda., 1987.

Por comparação com o bilhete manuscrito da Real Extração (n° 2), também classificado como RRR, temos que aquele bilhete é único do gênero conhecido.

Sobre a existência de bilhetes com valores superiores a 400$000 réis, temos em Lissa:

> "A existência de bilhetes com valores acima de 400 mil réis consta do Relatório do Visconde do Rio Seco, de 1821, então presidente da Junta do Banco do Brasil - Afonso Arinos, História do Banco do Brasil, volume 1, página 98 -, e do trabalho da Comissão de Liquidação do Banco do Brasil em 1830 - obra citada, páginas 238 e 239, embora não se conheça nenhum exemplar desses valores." (*ob. cit.,* p. 49)

Os bilhetes mencionados seriam dos seguintes valores: 500$000 (38), 600$000 (39), 800$000 (40) e 1.000$000 (41) de réis, todos com as mesmas características dos anteriormente citados, mas, como vimos, não se conhece nenhum exemplar desses valores.

As notas da segunda emissão (1828-1829)

Figura 5 – Nota do 1° Banco do Brasil de 1$000 réis de 1828 (2ª emissão), N° 40765 (antiga Coleção Julius Meili, n°40), reprodução a partir da Iconografia do Meio Circulante do Brasil, 1972 (cerca de 170 X 125 mm). No centro, parte superior, temos a alegoria da Abertura dos Portos, com novamente o *"Flussgott"*, ou seja, o "deus do rio". Trazia a seguinte legenda[46]: *"Banco do Brazil. A Junta do Banco do Brasil em nome da Assembléia Geral delle pagará ao portador á vista a quantia de hum mil réis valor da presente Nota n° quarenta mil setecentos e sessenta e cinco. O Director Presidente. Duas* assinaturas. Trazia, ainda, uma assinatura no reverso. A única diferença é que não há menção ao Rio de Janeiro como nos bilhetes da 1ª emissão.

46 O número da nota, tanto em algarismos como por extenso, era manuscrito.

O Decreto de 4 de julho de 1828 autorizou o Banco a emitir notas do valor de 1 e 2 mil-réis e a multiplicar as de 4 e 12 mil-réis, dentro, porém, dos limites de sua emissão.

Essa medida foi necessária tendo-se em vista a falta de notas de pequeno valor, o que entravava o comércio.

Características comuns da 2ª emissão: Anverso: impressão preta sobre papel branco-azulado, em calcografia. Reverso: sem impressão, destinado à assinatura autenticadora. Conforme nos informa F. dos Santos Trigueiros, as notas teriam sido impressas na Imprensa Régia ou no Real Erário, na Rua do Sacramento, com *chapas* vindas de Londres. É provável que apresentem filigrana ou marca d`água, mas não tivemos a oportunidade de verificar. Pela semelhança com as notas da 3ª emissão, é possível que as chapas tenham sido gravadas também por *Perkins, Heath & Company (PH&Co.)*. Como as da 1ª emissão, essas notas eram cortadas na margem esquerda, onde apresentavam arabescos, para futura comparação com a linha corte para verificação de autenticidade. Esses arabescos e outros motivos que ornam o valor (lado esquerdo da nota) e a numeração (lado direito da nota), são diferenciados. O restante do bilhete guarda as mesmas características.

Segunda emissão

1.	1$000 réis	(1828 - 1839)	JM, 40	170 x 125 mm
2.	2$000 réis	(1828 - 1839)	JM, 41	175 x 125 mm

Essas notas entraram em circulação um pouco antes da liquidação do Banco, em 1828, pela falta crônica de notas divisionárias, ou seja, falta de troco no comércio. Percebe-se, com isso, que a circulação de bilhetes havia se tornado algo indispensável para o comércio e que, mesmo com a extinção do Banco, seus bilhetes continuariam a circular até sua substituição pelos bilhetes do Tesouro Nacional.

As notas dessa emissão, bem como as da posterior, não eram mais conversíveis em espécies metálicas. Com essas notas se teria iniciado, pelo menos formalmente, a circulação do papel-moeda inconversível no Brasil. Desaparecia, assim, a moeda-papel (bilhetes). No entanto, posteriormente, os bancos privados[47] emitiriam bilhetes com lastro, até os anos 30, quando vieram a desaparecer. Estão nesse contexto as experiências da Caixa de Conversão (1906-1913[48]) e de Estabilização (1926-1930). O Tesouro Nacional, no entanto, desde o início, não teve nenhum escrúpulo em fomentar o meio circulante com papel-moeda inconversível. O papel-moeda veio a se consolidar, como vimos, depois da Grande Guerra (1ª Guerra Mundial), mas antes, como se depreende dos discursos parlamentares, tinha fervorosos opositores.

47 Podemos aí incluir o próprio Banco do Brasil.

48 Período de emissão dos bilhetes. A Caixa de Conversão foi incorporada à Caixa de Amortização, em 1920.

As notas da terceira emissão (1829-1841)

Figura 6 – Nota do 1° Banco do Brasil de 6$000 réis de 1829 (3ª emissão), N° 55298 (Coleção José Benedito de Moura), reprodução a partir da Iconografia do Meio Circulante do Brasil, 1972 (cerca de 175 X 120 mm). Anverso: No centro, parte superior, temos a alegoria da Abertura dos Portos, com novamente o *"Flussgott"*, ou seja, o "deus do rio", como as notas 2ª emissão, mas com a imagem invertida na horizontal. Abaixo da vinheta principal, de ambos os lados, Alegoria do Comércio (Mercúrio, navegação, cornucópia...). Trazia a seguinte legenda: "*Banco do Brazil. O Thesoureiro da Junta do Banco do Brazil pagará á vista ao portador desta, a quantia de Seis Mil Reis, valor recebido. Rio de Janeiro ...de ...18....* Duas assinaturas. Abaixo, acima da margem branca, o nome do impressor com a indicação do método de impressão, qual seja, *"Perkins & Heath London – Patent Hardened Steel Plate"*. Reverso: No centro, a legenda "Banco do Brazil" e, nos quatro cantos, medalhões com um homem de perfil, laureado. Assinatura na vertical.

Características comuns da 3ª emissão: Anverso: impressão preta sobre papel branco, em calcografia (valores de 1, 2, 4, 8, 10, 12, 20, 30, 40 e 50 mil réis); em azul (valores de 60 e 90 mil-réis); em ardósia (valor de 70 mil-réis); em amarelo telha (valor de 80 mil-réis); em sépia (valor de 100 mil-réis) e verde (valores de 200, 300 e 400 mil-réis). No centro, parte superior, alegoria da "Abertura dos Portos[49]", abaixo, de ambos os lados, "alegoria do Comércio". Reverso: as cores são conforme descrito no anverso, também em calcografia. Nos cantos, medalhões circulares com busto de homem de perfil, laureado e de busto nu[50], ornados de rosáceas. No centro, a inscrição "Banco do Brazil", também com ornamentos em forma de rosáceas. Em ambos os lados, temos o nome do impressor "*Perkins & Heath London – Patent Hardened Steel Plate*" (PH&Co.) na parte inferior, mas acima da margem branca, dentro do quadro da nota. Em 1829, houve alteração na razão social da empresa, sendo que, em alguns casos, já aparece o nome do sucessor, qual seja, *Perkins & Bacon – Patent Hardened Steel Plate"*.

---

49 Podemos ver aqui, novamente, a presença do *"Flussgott",* ou seja, "deus do rio", como nos bilhetes da 1ª e 2ª emissão.

50 Como ocorre na Peça da Coroação com D. Pedro I.

Terceira emissão

1.	1$000 réis	(1829 1839)	(JM, †42*)	190 x 110 mm	97.505 (6.346)
2.	2$000 réis	(1829 1839)	(JM, †43*)	190 x 120 mm	49.400 (5.433)
3.	4$000 réis	(1829 1839)	(JM, †44)	190 x 120 mm	86.417 (2.086)
4.	6$000 réis	(1829 1839)	(JM, 45)	175 x 120 mm	60.473 (968)
5.	8$000 réis	(1829 1839)	(JM, †46)	190 x 120 mm	55.025 (656)
6.	10$000 réis	(1829 1839)	(JM, †47)	190 x 110 mm	51.531 (541)
7.	12$000 réis	(1829 1839)	(JM, †48)	190 x 110 mm	48.888 (367)
8.	20$000 réis	(1829 1839)	(JM, †49)	190 x 115 mm	40.744 (326)
9.	30$000 réis	(1829 1839)	(JM, †50)	190 x 112 mm	18.019 (126)
10.	40$000 réis	(1829 1839)	(JM, †51)	190 x 110 mm	21.568 (124)
11.	50$000 réis	(1829 1839)	(JM, †53)	190 x 110 mm	9.998 (50)
12.	60$000 réis	(1829 1841)	(JM, †54*)	190 x 110 mm	15.183 (69)
13.	70$000 réis	(1829 1841)	(JM, 55º)	190 x 110 mm	13.252 (75)
14.	80$000 réis	(1829 1841)	(JM, †56)	180 x 115 mm	16.999 (123)
15.	90$000 réis	(1829 1841)	(JM, †57)	190 x 110 mm	13.900 (63)
16.	100$000 réis	(1829 1841)	(JM, 58)	175 x 110 mm	19.412 (132)
17.	200$000 réis	(1828 1841)	(JM, †59*)	190 x 110 mm	11.463 (71)
18.	300$000 réis	(1828 1839)	(JM, †60)	190 x 110 mm	6.999 (47)
19.	400$000 réis	(1828 1841)	(JM, 61º)	190 x 110 mm	3.999 (23)

Na última coluna, temos o total de bilhetes e notas da 1ª e 2ª emissões, que foram substituídos e, entre parênteses, os que deixaram de vir ao troco[51]. A 3ª emissão não corresponde ao total das notas e bilhetes emitidos pelo Banco, apenas aos que se encontravam em circulação no momento da substituição, eis que foram feitos recolhimentos mais ou menos regulares durante quase toda a existência do Banco.

Essa emissão foi feita assim para a verificação dos cômputos em giro, já que a escrituração do Banco[52] era irregular.

Pela primeira vez, no meio circulante, aparece a expressão *"valor recebido"*, ou seja, indicando a existência de lastro monetário, justamente ao contrario da realidade, pois as notas da 3ª emissão[53], apesar de dizerem ser *"de melhor padrão",* eram inconversíveis em espécies metálicas e a expressão com a *"garantia de nação"* significava apenas que poderiam ser trocadas (como efetivamente foram) por cédulas de papel-moeda do Tesouro Nacional.

Como vimos, essas notas circularam até 1841, quando foram definitivamente desmonetizadas. Após a extinção do Banco, as notas circularam sob responsabilidade do Governo. A terceira emissão do Banco, que substituiu a moeda-papel das emissões anteriores (que possuíam

51 Em Julius Meili, no volume que trata da Moeda Fiduciária (V.III do Meio Circulante, 1903), p.19, temos detalhadamente as datas de início e de encerramento dessa substituição, que se procedeu de 1836 a 1841. Dá como fonte dessas informações o Manuscrito do Conselheiro Manuel Arcanjo Galvão. Encontramos informações semelhantes na "Conta da substituição das notas do extinto Banco do Brasil a cargo do Governo, emitidas na Província do Rio de Janeiro" Relatórios do Ministério da Fazenda, 1840, p.N° 4 e N° 5 (publicado em 1841). Nesse caso, as informações provinham da Caixa de Amortização.

52 Como afirmavam seus delatores que desejavam a liquidação do Banco.

53 Podemos, também, acrescentar as da 2ª emissão.

lastro, pelo menos em tese, e foram trocadas durante um bom tempo por numerário metálico), agora passavam, na prática, ao papel-moeda inconversível.

Apesar da extinção prematura do 1° Banco do Brasil, novas instituições seriam criadas e, em 1851, por iniciativa do Visconde de Mauá (Irineu Evangelista de Souza) criou-se uma nova instituição com o nome de Banco do Brasil (2º Banco do Brasil) e, em 1853, por iniciativa do Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres), o Banco do Brasil de Mauá foi fusionado com o Banco Comercial do Rio de Janeiro (fundado em 1838). Temos aí um novo Banco (3° Banco do Brasil). O Visconde de Itaboraí é considerado o fundador do atual Banco do Brasil.

Legislação

- Estatutos do Banco do Brasil – 8 de outubro de 1808
- Alvará de 12 de outubro de 1808 (criação do Banco do Brasil)
- Decreto de 4 de julho de 1828 (notas de 1$000 e 2$000 réis - 2ª emissão)
- Lei de 23 de setembro de 1829 (determinando a liquidação do Banco e substituição dos seus bilhetes por outros de novo e "melhor padrão", dando a estes o curso forçado e inconversibilidade e obrigando-se à Nação ao pagamento deles - 3ª emissão)
- Decreto de 17 de outubro de 1834 (substituição das cédulas do antigo padrão)
- Decreto de 22 de julho de 1841 (substituição das notas do Banco extinto)

Bibliografia

AMARAL, J. Vinicius do. Catálogo J. Vinicius de Cédulas do Brasil, 1773 a 1980. São Paulo; 1ª edição, 1981-82.

ARAUJO, José de Sousa Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 8 Volumes, 1820-1822.
(disponível on line pela Biblioteca do Senado):
http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898

CAVALCANTI, Amaro. O Meio Circulante Nacional. Rio de Janeiro: Impressa Nacional, 1893.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século 17.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História do Banco do Brasil (Primeira fase – 1808-1835).* Brasília: Banco do Brasil, 1973.

FERREZ, Gilberto. O Paço da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1985.

História do Banco do Brasil. Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2ª ed. rev., 2010.

LISSA, Violo Ídolo. *Catálogo do Papel-Moeda do Brasil – 1771-1986.* Brasília: Editora Gráfica Brasiliana Ltda., 1987.

LEVY, Fortunée. *Cédulas do 1° Banco do Brasil.* São Paulo: Revista Numismática (Sociedade Numismática Brasileira – SNB), 1944, p.46-53.

MEILI. Julius. *O Meio Circulante no Brasil - Parte I – As Moedas da Colônia do Brasil*. Zurique: Tipografia de Jean Frey, 1897.

MEILI. Julius. *O Meio Circulante no Brasil - Parte III - A Moeda Fiduciária no Brasil, 1771 até 1900*. Zurique: Tipografia de Jean Frey, 1903.

MEILI, Julius. *Coleção Numismática de Julius Meili* - *As Moedas da Colônia do Brasil, 1645 até 1822*. Zurique: Impressão Brunner & Hauser, 1895.

SANDRONI, Paulo. (organização e supervisão) *Novíssimo Dicionário de Economia.* São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SILVA RAMOS, Bernardo de Azevedo da. *Catálogo da Coleção Numismática de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos.* Tipografia della Real Academia de Lincei, Roma, 1900, apêndice I a XXI.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. Dinheiro no Brasil. Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial, 2ª edição, 1987.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. Iconografia do Meio Circulante do Brasil. Banco Central do Brasil, Gerência do Meio Circulante, 1972.

WIKIPÉDIA (pesquisas diversas)

Observação: Nosso objetivo em realizando este texto foi mostrar aspectos menos conhecidos sobre a história do 1° Banco do Brasil e de seus bilhetes. Assim, não tivemos a pretensão de tudo dizer e analisar de um assunto tão vasto, que é a história da nossa primeira instituição financeira, o 1° Banco do Brasil.

Anexo I

Figura 7 – Bilhete do 1° Banco do Brasil de 90$000 réis de 1810-1829 (1ª emissão), N° 9012 (Coleção do Museu de Valores do Banco Central – imagem gentilmente enviada pelos técnicos daquela instituição). Vemos aí o reverso com a assinatura autenticadora de *"Antonio José de Araujo"*.

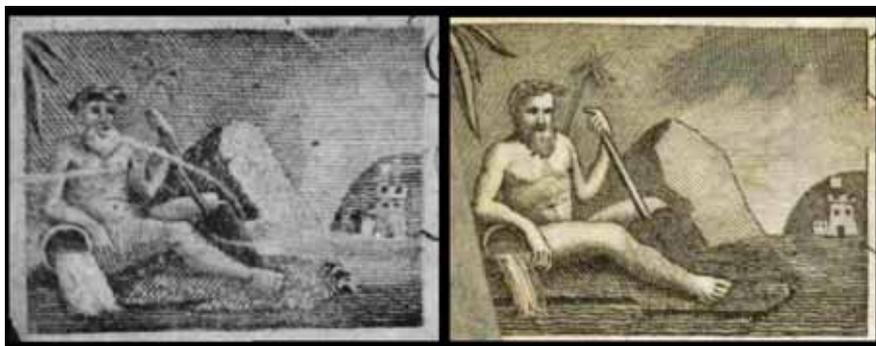



Figura 8 – Alegoria dos bilhetes de 8 e 90 mil-réis da 1ª emissão do Banco do Brasil. Podemos identificar pequenas diferenças na gravação, demonstrando a existência de chapas de impressão distintas. Esta é a primeira imagem (distinta do brasão de armas) gravada nos bilhetes do Brasil.

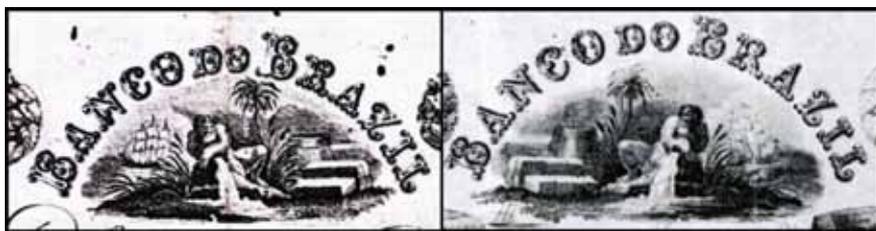



Figura 9 – Detalhe da alegoria das notas da 2ª e 3ª emissões do Banco do Brasil. São imagens semelhantes, poderíamos dizer até mesmo "iguais", salvo pequenas diferenças devido à distinção das placas de impressão e ao fato da imagem da direita ser invertida na horizontal.

Anexo II – Legislação atinente ao 1° Banco do Brasil ou que a ele se refere.

Nota: Julius Meili apresentou o *Extrato da legislação do Brasil concernente ao Meio Circulante* do período de 1694 a 1822 no volume de 1895 (As moedas da Colônia do Brasil. 1645 até 1822. Zurique: Impressão de Brunner & Hauser, 1895, p.XIII a XXV) em alemão e cuja tradução em português, o Sr. Bernardo de Azevedo da Silva Ramos de Manaus havia publicado no volume III, apêndice p. I a XXI, de sua Coleção Numismática[54]. O período de 1822 a 1900 foi publicado em português no volume de 1903 de Julius Meili (O Meio Circulante no Brasil. Parte III – A Moeda Fiduciária no Brasil 1771 até 1900. Zurique: Tipografia de Jean Frey, 1903, p. XVII a LVIII). Na parte que foi traduzida por Silva Ramos, fizemos algumas adaptações e ainda traduzimos alguns trechos que não haviam sido traduzidos ou não foram por nós encontrados. Também incluímos a legislação pertinente ao Banco e que não foi relacionada por Meili (no quadro) Assim em relação ao 1° Banco do Brasil, temos:

- 12 de outubro de 1808. Alvará. Fundação do primeiro Banco do Brasil com o capital inicial de 1200 contos de réis, que sucessivamente foi elevado até 3200 contos. O Governo participou com 1000 contos. A duração foi fixada para 20 anos, a contar do começo dos seus trabalhos, e o Banco tinha o direito de emissão de notas. As notas de menor valor deviam ser de 30$000 réis; porém já no começo, foram emitidas notas de 4$000 réis. Depois de findo o prazo de privilégio, no ano 1829, entrou o Banco em liquidação, e o Governo assumiu a responsabilidade das notas em circulação no valor aproximado de 19.000 contos de réis. (Coleção de Leis Brasileiras e Manuscrito Galvão).

Decreto de 24 de janeiro de 1809	Nomeação de diretores e deputados da Junta do Banco do Brasil
Alvará de 27 de março de 1811	Definição de regras para o levantamento de fundos depositados no Banco do Brasil
Decisão de 8 de agosto de 1812	Entrada da Real Fazenda no capital do Banco do Brasil através de fundo proveniente da cobrança de impostos
Carta Régia de 22 de agosto de 1812	Atribuição de honras e mercês aos subscritores de capital do Banco do Brasil
Alvará de 20 de outubro de 1812	Fixação dos impostos que revertem a favor do Banco do Brasil
Alvará de 24 de setembro de 1814	Definição da execução das dívidas ao Banco do Brasil enquanto dívidas fiscais
Carta de Lei de 16 de fevereiro de 1816	Criação de caixas de desconto filiais do Banco do Brasil

- 4 de julho de 1818. Decreto. Criação de uma secção especial no Banco do Brasil, com filiais nos distritos mineiros, para a compra de metais preciosos. (Coleção de Leis Brasileiras).
- 2 de setembro de 1818. Carta Régia. Comunicação do Decreto de 4 de julho de 1818 ao Governador de Minas Gerais, com a nova de que as respectivas fábricas começariam a funcionar em janeiro do ano seguinte e que trocariam o ouro em pó contra notas da Caixa central do Banco do Brasil, à razão de Rs. 1$200 por oitava de 22 quilates. (Coleção de Leis Brasileiras).

54 Catálogo da Coleção Numismática de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos - Tipografia della Real Academia de Lincei, Roma, 1900, apêndice I a XXI.

- 19 de novembro de 1818. Decreto. Proibição, para o período de oito meses, de enviar moedas provinciais desta Praça para a Bahia, Pernambuco e Maranhão ou qualquer parte fora desta Província, atendendo a falta que se experimenta nesta Praça, de moeda Provincial paras as transações mercantis com as Províncias deste Reino e compra dos gêneros do consumo geral dos mercados públicos desta Capital. Os comerciantes que tiverem que fazer remessas que o façam mediante letras sacadas pelo Banco do Brasil, ou outros comerciantes naquelas praças. (Coleção de Leis Brasileiras).

- 21 agosto 1821. Aviso. Para atender as necessidades de caixa do Banco do Brasil, a Casa da Moeda do Rio de Janeiro deve promover a cunhagem mensal de moedas de cobre no valor de 70 contos de réis. (manuscrito Galvão).

Decisão de 3 de julho de 1820	Determinação sobre aceitação de pagamentos da Real Fazenda com notas do Banco do Brasil
Decisão de 1 de setembro de 1820	Determinação sobre a troca da moeda entrada na Junta da Fazenda da Bahia por notas do Banco do Brasil
Decreto de 5 de março de 1821	Criação de comissão para analisar o estado do Banco do Brasil
Decreto de 23 de março de 1821	Declaração dos empréstimos feitos pelo Banco do Brasil ao Real Erário como dívidas nacionais e compromisso de entrega de diamantes e joias como pagamento

- 6 de dezembro de 1821. Aviso. Revoga a filial de compra de ouro do Banco do Brasil em Vila Rica. (Coleção de Leis Brasileiras).

Portaria do Ministério da Fazenda de 15 de outubro de 1822	Proibiu o Banco de fazer novas emissões (consequência da retirada dos metais preciosos do cofre do Banco por D. João VI)
Portaria do Ministério da Fazenda de 23 de abril de 1823	Confirmação da Portaria de 15 de outubro de 1822 (primeira portaria “em favor da valorização do meio circulante”)

- 20 de setembro de 1826 - Aviso (Coleção Nabuco). A certo juiz de fora declarou-se ser responsável por notas falsas recebidas. (p. XXII).

- 4 de julho de 1828 - Decreto autoriza o Banco do Brasil a emitir notas do valor de Rs. 1$000 e Rs. 2$000 e obriga-o a multiplicar as de Rs. 4$000 a 12$000, dentro porém dos limites da sua emissão. (p. XXIII).

- 23 de setembro de 1829. Lei determina a extinção do Banco do Brasil, criado pela lei de 12 de outubro de 1808, substituindo-se as suas notas por outras de novo e melhor padrão e obrigando-se a Nação ao pagamento delas. (p. XXIV).

- 31 de outubro de 1829. Decreto nomeia os membros e dá instruções para a comissão encarregada da liquidação do Banco do Brasil. (p. XXIV).

- 1 de junho de 1830. Proposta do governo (Amaro Cavalcanti, obra citada, I, pag. 181) (...) para criação de um novo Banco e para outras providências sobre o papel bancário circulante. (p. XXV).

- 2 de setembro de 1830. Portaria determina que se dê princípio á emissão das notas do novo padrão, inutilizando-se, por meio de carimbo, as notas velhas que forem legalmente substituídas pelo novo padrão. (p. XXV).

- 15 de dezembro de 1830. Lei manda cessar de 1° de julho de 1831 em diante o cunho da moeda de cobre e aplicar as sobras da receita (cousa puramente imaginaria naquela época) no resgate das notas do Banco do Brasil e das cédulas da Bahia. (p. XXVI).

- 4 de outubro de 1831 - Decreto marca prazo de sete meses para o recebimento das Notas do Banco do velho padrão (esse prazo foi prolongado pelo decreto de 4 de abril de 1832 e subsequentes). (p. XXVII).

- 4 de abril de 1832. Decreto prorroga por mais 3 meses o prazo marcado para a substituição das Notas do Banco do velho padrão. (p. XXVIII).

- 29 de março de 1833. Decreto declara que no dia 15 de maio futuro dar-se-ha por finda a substituição das notas do Banco do velho padrão. (Veja-se o Decreto de 14 de maio do mesmo ano). (p. XIX).

- 14 de maio de 1833. Decreto. Prorrogação do prazo marcado para a substituição das Notas do Banco do velho padrão até o dia 31 do corrente. (Houve novas prorrogações pelos decretos de 4 de junho de 1833, de 17 de outubro de 1834 e de 22 de julho de 1841). (p. XIX).

- 1 de junho de 1833. Decreto autoriza o governo a determinar o prazo, findo o qual deixarão de circular, como moeda, as notas do velho padrão do extinto Banco do Brasil, e a mandar abrir, para a substituição das atuais notas do novo padrão, outra estampa com as palavras: “No Tesouro Nacional se pagará.” (Sem a cláusula de pagáveis à vista). (p. XXX).

- 23 de outubro de 1833. Decisão de remeter, ao Presidente das Províncias da Bahia, notas do Banco para a substituição das cédulas dilaceradas, emitidas pelo resgate da moeda de cobre e para o troco das cédulas de maiores valores. (p. XXXI).

- 30 de outubro de 1835. Decreto autoriza o governo a queimar todas as notas do extinto Banco e as do novo padrão, que sobrarem depois de feita a substituição. (p. XXXIV).

- 13 de abril de 1836. Decisão fixa o 31 de julho seguinte para se ultimar a substituição dos conhecimentos e cédulas, como determinou o art. 5 da lei de 6 de outubro de 1835. (p. XXXV).

- 15 de abril de 1836. Decisão prorroga o prazo para se acabar a substituição dos conhecimentos e cédulas para 31 de outubro seguinte. (Por Portaria de 31 de maio desse mesmo ano foi essa data alterada para 31 de agosto daquele ano). (p.XXXV).

- 31 de maio de 1836. Decisão revoga o prazo marcado na ordem de 15 de abril a.c., para a substituição das cédulas na Província do Rio de Janeiro, por constar ao Governo, que se pretendia introduzir do Estrangeiro uma porção de cédulas falsas, principalmente dos valores de 100$000 e 20$000, e fixa o dia 31 de agosto para o indicado fim, devendo-se dessa data em diante fazer o desconto de 10% mensais, na forma do artigo 5 da lei de 6 de outubro de 1835. (p. XXXV).

- 4 de julho de 1836. Circular remete às Tesourarias das Províncias uma nota dos sinais por que se distinguem as cédulas falsas de Rs. 100$000, que consta se imprimirão em Paris, e chamou a atenção para as de 20$000,

de que já havia ciência de falsificação. Pela circular de 11 do mesmo mês, são indicados ainda outros sinais. (p. XXXV).

- 17 de janeiro de 1837. Portaria Circular manda recolher as notas do extinto Banco, dos valores de 1$000 a 50$000, como já se praticou com as de 300$000, por causa das falsas e falsificadas que apareceram em circulação. (p. XXXVI).

- 22 de julho de 1841. Decreto autoriza o governo a mandar trocar, dentro do prazo improrrogável de quatro meses, as notas do extinto Banco e a abrir de novo o troco das notas de 50$000, que havia terminado. (p. XXXVIII).

(*) Marcio Rovere Sandoval
E-mail: marciosandoval@hotmail.com
Blog: http://sterlingnumismatic.blogspot.ca

III Seminário Internacional de Filatelia da FEBRAF

Luis Claudio Fritzen - Florianópolis, SC

O III Seminário Internacional de Filatelia, realizado em Florianópolis, foi focado na classe de Filatelia Temática. Para tanto, a FEBRAF convidou o expositor, jurado internacional e Diretor da FIP, Sr. Bernard Jimenez, que atuou como um dos palestrantes.

Foram 4 palestras com a duração de meio período cada, apresentadas nos dias 5 de agosto (sexta-feira) e 6 de agosto (sábado). Elas versaram sobre:

- Como melhorar uma coleção temática (Bernard Jimenez);
- Elementos de uma coleção temática (Carlos Dalmiro Silva Soares);
- Apresentação de uma coleção temática (Luis Cláudio Fritzen);
- Workshop: Análise das folhas de uma coleção temática (Bernard Jimenez).

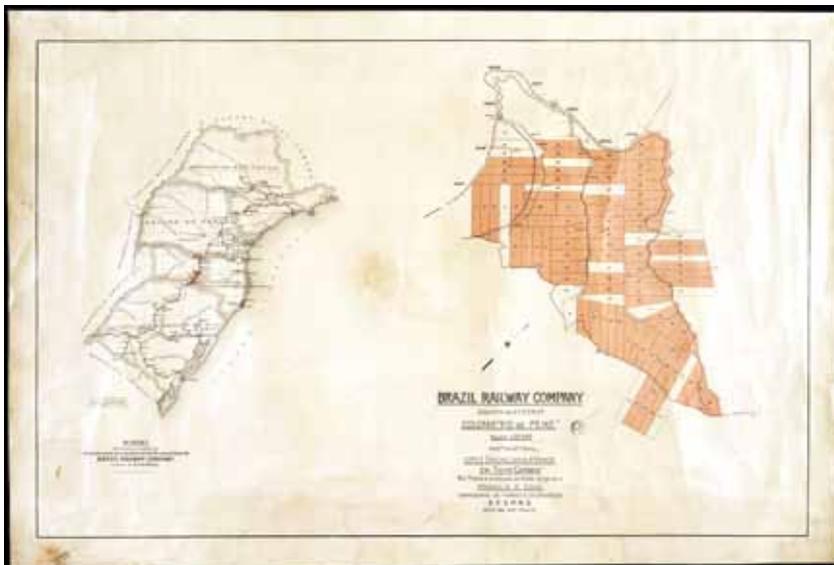
Apesar de ter requisito para a frequência ser o colecionador expositor, tivemos 23 participações efetivas.

Durante o evento aconteceu o lançamento do carimbo comemorativo, alusivo ao Seminário e ao 169º Encontro de Filatelia e Numismática de Santa Catarina, pela ECT. O desenho, do colecionador Roberto Basso, retratou a Reserva Marítima do Arvoredo, sita em Florianópolis.

Correios da Colônia de Rio do Peixe

Luis Claudio Fritzen - Florianópolis, SC

A **Colônia de Rio do Peixe** achava-se localizada no meio oeste de Santa Catarina, no vale do rio com a mesma denominação, afluente do rio Uruguai. Localiza-se a uma latitude 27º25'11''sul e uma longitude 51º46'19'' oeste, estando a uma altitude de 430 metros.

Com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ligando o Sul do Brasil às regiões centrais do país, no início do Século XX, instalou-se às margens do rio do Peixe o primeiro povoado. Eram operários da empresa norte-americana Brazil Railway Company, a grande responsável pela obra da estrada de ferro. O trecho ferroviário cortando o território catarinense ao longo do leito do Rio do Peixe teve suas obras realizadas entre 1907 e 1910. Com a conclusão do traçado a partir de 1913 várias famílias, principalmente de origem alemã e italiana vindas do Vale dos Sinos e Região do Caí – a chamada Colônia Velha Gaúcha - chegaram à Estação Rio do Peixe, dando início ao desenvolvimento da Vila Rio do Peixe.

O primeiro trem passou em 1921, sendo que a travessia do rio Uruguai era feita por uma ponte provisória, até a conclusão da definitiva, toda de ferro.

Depois do pouco sucesso na iniciativa de colonização da Colônia Rio do Peixe, em 1911, pela Cia. EFSPRG, com a criação do Município de Cruzeiro, em 1917, entre o Rio do Peixe (limite com o Município de Campos Novos) e o Município de Chapecó, a Oeste, teve início a efetiva colonização das terras marginais aos trilhos, localizadas no Baixo Vale do Rio do Peixe, em glebas demarcadas pela EFSPRG e, em parte, repassadas à Brazil Development.

O plano de colonização foi interrompido em 1914, por causa da Guerra do Contestado, sendo reiniciado em 1918, após a assinatura (1916) e homologação (1917) do acordo de limites interestaduais entre Paraná e Santa Catarina, pelo qual os dois lados do Rio do Peixe passaram à jurisdição catarinense.

Duas empresas organizaram-se para empreender a colonização das concessões da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande: primeiro, a Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia. (que também atuou no Vale do Iguaçu. Mais tarde, fruto de associação parcial entre as duas, surgiu a Sociedade Territorial Mosele, Eberle & Ahrons Ltda. Estas empresas, mais a Brazil Development e a própria Cia. EFSPRG, fincaram as bases para a colonização das glebas das fazendas e/ou colônias de Bom Retiro, Leãozinho, Capinzal, Rio do Peixe e Uruguai, com porções também na margem esquerda do Rio do Peixe, no Município de Campos Novos, alcançando ainda a região de Concórdia, mais a ocidente.

Rio do Peixe foi elevada a Distrito, pela Lei nº 292, de 9 de janeiro de 1923, ocorrendo sua instalação em 6 de maio daquele ano.

Desconhecemos a datada criação da Agência Postal, mas possuímos missiva datada de 5 de fevereiro de 1944, oriunda de “Rio do Peixe”, agência de Piratuba.

Foi criado o município de Piratuba, com território desmembrado do de Campos Novos e Concórdia, pela Lei nº 247, de 30 de dezembro de 1948.

D. Pedro II - "O Magnânimo"

Roberto Michetti Moreira - Garopaba, SC (*)

Rio de Janeiro, madrugada de 2 de Dezembro de 1825, nasce no palácio de São Cristóvão, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, futuro imperador do Brasil, filho de D. Pedro I e D. Maria Leopoldina de Habsburgo.

Após fortes pressões políticas, em 1831, Dom Pedro I abdica do trono em favor de seu filho e parte para Portugal, deixando-o sob a tutela de José Bonifácio de Andrada e Silva que, também por motivos políticos, é substituído em 1833 por Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho (Marquês de Itanhaém).

Pedro tem uma dura rotina de estudos, acompanhado de perto por Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, futura Condessa de Belmonte, escolhida a dedo para cuidar da educação do futuro imperador. Durante sua menoridade, o país é governado por uma regência.

O período regencial, que se estendeu de 1831 a 1840, foi um dos períodos mais conturbados politicamente, levando à quase desintegração do país, devido às revoltas regionais (Cabanagem, Revolução Farroupilha, Balaiada, Revolta dos Malês e Sabinada). A necessidade de se ter figura forte no poder, visando o fim das revoltas, fez com que, através de uma manobra política conhecida como "Golpe da Maioridade", Pedro, aos 14 anos de idade, assumisse antecipadamente o trono no dia 23 de julho de 1840.

Vale ressaltar que algumas das revoltas citadas propiciaram a criação de carimbos regionais aplicados em moedas, evidenciando os levantes, tais como: Cabanagem, no Pará, de 1835 a 1840; Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845, entre outros.

Após a regência, para Pedro, os primeiros anos foram de aprendizado político, adquirindo, com o passar do tempo, a experiência que lhe era necessária. Dom Pedro II, através de seu poder "moderador", adotou um sistema de alternância entre os partidos políticos: Liberal e Conservador. Com o decorrer dos anos transformou o país em uma potência emergente no cenário internacional, tendo como principal produto de exportação o "café".

Moeda de cobre contramarcada pelo governo revolucionário dos Cabanos. (Cabanagem 1835 – 1840, Período Regencial)

O sistema monetário do Segundo Reinado foi dividido em três partes: a primeira, iniciada em 1832 e finda em 1834, com moedas em ouro, prata e cobre; a segunda, denominada "Série dos Cruzados", com moedas cunhadas em prata 917 nos seguintes valores: 100, 200, 400, 800 e 1200 Réis, que permaneceram em

circulação de 1834 a 1848; e a terceira, com moedas em ouro, prata, bronze e níquel, iniciada em 1848 e finda em 1889, com a Proclamação da República.

Na década de 1880, a moeda brasileira tinha o mesmo valor do Dólar Americano e da Libra Esterlina, chegando o país a ser a quarta maior economia do mundo e o nono maior império da história.

Dom Pedro II, levando-se em conta sua longa gestão, foi a figura mais representada na numismática brasileira, com gravações retratando-o desde a infância à idade adulta.

Moeda de 20 Réis, em bronze, 1869.

Moeda de 200 Réis, em níquel, 1887.

Patrocinador da cultura, das ciências e das artes, Dom Pedro II ganhou a simpatia e o respeito não só de seu povo, mas também de grandes nomes tais como: Louis Pasteur, Charles Darwin, Graham Bell, Richard Wagner, Vitor Hugo entre outros. Ao longo dos anos, acumulou milhares de quilômetros em sua pequena mala, viajando pela América do Norte, Europa, Oriente Médio, norte da África e Ásia Menor, todas em nome de sua insaciável sede de conhecimento, visitando museus, faculdades, igrejas, teatros e outras instituições. Porém, nem tudo foram rosas. Durante o Segundo Reinado, o Império Brasileiro envolveu-se em conflitos internos e externos, conflitos estes que, aliados à abolição da escravatura e aos ideais positivistas, levaram gradativamente à Proclamação da República, no dia 15 de Novembro de 1889. D. Pedro II, durante o exílio que lhe foi imposto pelo governo provisório, faleceu no dia 5 de dezembro de 1891, aos 66 anos, acometido por uma pneumonia aguda na cidade de Paris, França. Suas últimas palavras foram “Paz e prosperidade ao Brasil”.

Moeda de 2000 Réis – 1889 / Terceiro Sistema. Império do Brasil.

Compilação de artigos colecionáveis, referentes a Dom Pedro II.

Dom Pedro II está vivo no imaginário de muitos brasileiros, e ainda presente no nosso meio, retratado em moedas, cédulas, selos, livros, fotos, cartões telefônicos e muito mais. Devemos valorizar quem realmente merece, pela pessoa e pelo chefe de estado exemplar que foi.

Para reverenciá-lo não há data nem hora. VIVA PEDRO II !

Referências bibliográficas:

LILIA MORITZ SCHWARCZ, Biografia - As Barbas Do Imperador. 2ª Edição, 13ª Reimpressão. Editora Schwarcz 2013

MOEDAS DO BRASIL, Cronologia, Moedas Brasileiras - Império 1822 a 1889.
http://www.moedasdobrasil.com.br/timeline3.asp

MOEDAS DO BRASIL, Séries ,Moedas Brasileiras - 1834-1848, Cruzados, 2º. Sistema Monetário - Prata
http://www.moedasdobrasil.com.br/series.asp?a=1845&v=0&t=0&s=0&m=

PORTAL BANCO DO BRASIL - História Da Moeda - Colônia ao Império
http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8703,8710,1,0,1,6.bb?codigoMenu=4686&codigoNoticia=5544&codigoRet=4691&bread=2

MONARQUISTA - D. Pedro II do Brasil - Curiosidades, Gilson Prior Micelli
http://monarquista.com.br/1880-o-brasil-era-a-4o-economia-do-mundo-e-o-9o-maior-imperio-da-historia-veja-mais-curiosidades/

(*) Roberto Michetti Moreira
E-mail: casadaarte@ymail.com

LER MAIS

Para este número, selecionamos os seguintes títulos encontrados na Biblioteca da AFSC e à disposição dos associados:

- CATALOGO DE MOEDAS 1818-2016, de Carmelino de Souza Gomes, 1a edição de 2016, Ed. do Autor, 151 páginas, colorido.
Obra prática para a avaliação numismática brasileira. Dividida em três partes, sendo que na primeira e segunda, do Reino Unido e Império, são trraduzidos os preços através da ordem crinológica e dos valores monetários, e na terceira, da República, apenas em ordem cronológica.

- 50 ANOS DA LUBRAPEX, de Eduardo José Moreira Oliveira de Souza, de 2016.
Retrata o primeiro cinquentenário das Exposições Filatélicas Luso-Brasileiras. Com 167 páginas, totalmente a cores. Foi editado pela Federação Portuguesa de Filatelia. Fartamente ilustrado, traz informações pitorescas dos 22 eventos havidos, além do mapa dos jurados que participaram e as principais medalhas e prêmios que foram atribuídos aos colecionadores.

- CATÁLOGO DE SELOS MAÇÔNICOS DO MUNDO, de Renato Mauro Schramm. Editado em Florianópolis, em 2005.
Dividido em três partes, sendo que na primeira há um destaque aos símbolos, a segundo dos selos eminentemente maçônicos organizados em ordem alfabética dos países emissores, e a última com os selos personalizados.

- TIMBRÉ DE VOYAGES, de Bernard Jimenez, cientista, fotógrafo, filatelista, jurado internacional e aventureiro. 2008. Livro ilustrado de viagens feitas sob a influência de selos postais que ganhava quando menino. Duas frases resumem este trabalho: "Collectionner, c'est voyager" e "La tête dans les étoiles (...) mais les pieds sur terre". Em francês.

As Medalhas contam a História do Brasil - XII

Claudio Amato - São Paulo, SP (*)

Primeiro Centenário de Fundação do
Real Gabinete Português de Leitura
Rio de Janeiro - 1937

Fundado em 14 de maio de 1837, o Real Gabinete Português de Leitura é a mais antiga associação criada pelos portugueses do Brasil após a independência do país, em 1822. Teve sua origem numa reunião realizada por 43 emigrantes portugueses, que decidiram criar uma biblioteca para uso de seus sócios e dos portugueses residentes no Rio de Janeiro. A primeira sede do Real Gabinete localizava-se em um sobrado, na rua de São Pedro.

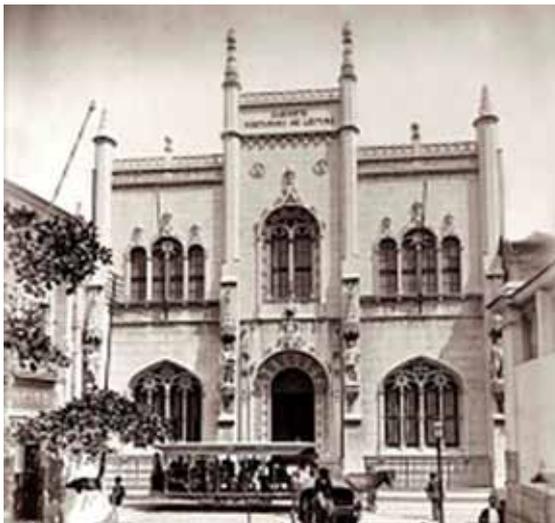
A sede atual, que se localiza na rua Luís de Camões, número 30, no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi construída em estilo neo-manuelino e fotografada por Ferrez em 1887. Foi projetada pelo arquiteto português Rafael da Silva Castro, inspirado no Mosteiro dos Jerônimos, de Lisboa. Em sua fachada, ficam as estátuas de quatro ilustres portugueses: Pedro Álvares Cabral, Luis de Camões, Infante Dom Henrique e Vasco da Gama.

Teve sua pedra inaugural lançada pelo imperador Dom Pedro II em 10 de junho de 1880, data do tricentenário de morte do escritor Luis de Camões. Foi inaugurada no dia 10 de setembro de 1887 pela Princesa Isabel, que, segundo o jornal "Gazeta de Noticias", foi recebida ao som do

Hino Nacional, executado por uma orquestra regida pelo maestro Arthur Napoleão. Depois, foi executada a sinfonia "O Guarani".

Estão sob a guarda do Real Gabinete Português de Leitura cerca de 350.000 volumes, incluindo milhares de obras raras, dentre elas um exemplar da edição *princeps* de *Os Lusíadas*, de Luis de Camões, de 1572, e de *Amor de Perdição,* obra do escritor português Camilo Castelo Branco. O acervo pode ser consultado por qualquer pessoa pois o Real Gabinete tornou-se biblioteca pública, em 1900. A biblioteca do Real Gabinete possui a maior coleção de obras portuguesas fora de Portugal.

Na biblioteca foram realizadas as cinco primeiras sessões solenes da Academia Brasileira de Letras, sob a presidência de Machado de Assis.

Na edição de 28 de julho de 2014 da *Revista Time*, o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro foi destacado como uma das vinte bibliotecas mais bonitas do mundo.

Prédio do Real Gabinete Português de Leitura.
Foto de Marc Ferrez - 1887

<u>Dados Técnicos da Medalha:</u>

Materiais: Ouro, Prata, Bronze e Bronze Dourado (este último não oficial)
Diâmetro: 60 mm
Pesos: Ouro – desconhecido, Prata - 94 gramas e Bronze – 88 gramas.
Gravador: Miguel Langone
Referência Catalográfica: ***1937.A03*** *(Livro das Medalhas do Brasil - 1ª.edição - Claudio Amato)*

(*) Claudio Amato
E-mail: camato@claudioamato.com.br

Primeira Série de Moedas da República do Brasil

Juliano Natal - Florianópolis, SC (*)

O início da República foi tão conturbado, no campo político-econômico, quanto as últimas duas décadas do regime monárquico. A formação de um governo provisório entre 1889 e 1991, comandado por Marechal Deodoro, Campos Sales, Ruy Barbosa, Benjamin Constante e Floriano Peixoto, tinha o foco de reduzir a desordem nos primeiros anos da República e, segundo Gomes[4], difundir ao máximo possível o novo regime de governo, buscando-se uma nova identidade para o País, totalmente dissociada da Monarquia. Entre os principais feitos desse governo são destacados: a promulgação da primeira Constituição do período republicano (24/02/1891); a adoção do federalismo com a nomeação das províncias em estados; o incentivo à indústria, por intermédio de uma fracassada reforma financeira (encilhamento) que resultou numa hiperinflação de 89% e a instituição de uma campanha de divulgação maciça das novas Armas e Símbolos nacionais. Em atendimento a essa estratégia, foram substituídos nomes de praças, monumentos, instituições públicas e até de cidades, por nomes que lembravam os feitos em prol da República. Novos heróis nacionais e símbolos foram exaltados. Um exemplo é o mártir Tiradentes, pouco valorizado durante o Império, pois sua figura não poderia ter maior destaque que a de D. Pedro I – proclamador da independência –, que ganhou honras de herói. Por decreto, em 1890, o dia 21 de abril passou a ser feriado nacional em sua homenagem. Em Florianópolis, o Teatro Princesa Isabel, que teve sua construção iniciada em 1857, a partir de 1894, passou a ser chamado Teatro Álvaro de Carvalho, em homenagem a um dramaturgo catarinense (1829-1865). Outro destaque foi a figura do índio largamente utilizada durante o Império, nas exposições internacionais impulsionadas pelo Imperador (Schwarcz[7]). O índio, presente no imaginário nacional, durante boa parte do século XIX, era visto como representante do povo brasileiro perante as demais nações e com o advento da República, os debates em torno de sua presença na construção da nação brasileira foram abandonados para dar lugar a um novo emblema: o de uma figura alegórica feminina, inspirada na pintura de Delacroix "Liberdade guiando o Povo", vestindo túnica e barrete frígio – um muito antigo tipo de boné, usado por clérigos e doutores e revestido de forte simbolismo: liberdade, autoridade do poder de julgamento. Assim, passou ser representada a República.

No sistema monetário brasileiro, a divulgação da República e seus símbolos de liberdade foram enfatizados pela produção de uma série formada por nove moedas, regulamentada pelo Decreto 54 B, publicado pelo Governo Provisório (1889 a 1891), menos de um mês após a Proclamação da República. A sede de divulgação do marco republicano era tanta, que várias moedas produzidas em 1890, 1891 e 1892 registraram, como ano de cunhagem, 1889.

A primeira série de moedas cunhadas no regime republicano seguiu a mesma razão de pesos, medidas e valores monetários das que circulavam nos últimos anos do Império. Em geral, o busto de D. Pedro II e o escudo das armas imperiais, contendo a coroa imperial, foram substituídos por alegorias, lemas da República e pela exaltação da data em que foi proclamado o novo regime de governo. A série é composta pelas moedas em bronze de 20 e 40 Réis, em níquel de 100 e 200 Réis, em prata de 500, 1.000 e 2.000 Réis e completada com as moedas de 10.000 e 20.000 Réis, cunhadas em ouro.

Decreto número 54B, de 13 de Dezembro de 1889

"O Marechal Manoel Deodoro da Fonsceca, Chefe do Governo Provisório, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, atendendo a que, por ter sido extincto no Brazil o systema monarchico representativo e achar-se estabelecida a forma republicana, torna-se necessário alterar o cunho das moedas de outro, prata, nickel e bronze actualmente em circulação, resolve aprovar os desenhos que com este baixam propostos pelo Director interino da Casa da Moeda para servirem de typo `a abertura de cunhos da primeira edição republicana das referidas moedas, substituindo-se nas de ouro o lemma - Liberdade e Patria – pela data de 15 de novembro de 1889; e bem assim autorisar a cunhagem das moedas do novo typo, observadas quanto a peso, modulo, liga, tolerância e quantidade das de cada metal em valor, as disposições dos decretos até agora em vigor.

O Ministro e Secretário do Estado da Fazenda o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisório, 13 de dezembro de 1889, 1º da República

Manoel Deodoro da Fonsceca

Ruy Barbosa".

Com a produção dessa série, tem-se um aspecto importante para a numismática brasileira: os 10.000 e 20.000 Réis encerram a utilização do metal ouro para a cunhagem de moedas de circulação comum. Até então, o poder aquisitivo da moeda representava seu lastro de peso em ouro e as moedas de menor valor, cunhadas em outros metais, como a prata e o cobre, seguiam a equivalência com o metal nobre. Com a inflação acentuada e consequente desvalorização do padrão monetário, as moedas de ouro, nos anos que seguem as suas cunhagens, acabavam valendo mais pelo seu peso em ouro do que pelo seu valor nominal de circulação. Por exemplo, segundo Gallas[3], as moedas de 20.000 Réis, com peso de 17,93 g, em 1922, valiam, no mercado do ouro, 100.000 Réis. Até 1891, as moedas de ouro de 10.000 e 20.000 Réis circulavam normalmente. A partir desse ano até 1922, as produções em ouro foram realizadas a pedido de particulares para pagamento de compromissos de importação.

Nas páginas seguintes, apresentamos as fichas técnicas das nove moedas que compõem a Primeira Série de Moedas da República do Brasil.

20.000 Réis

- Ficha Técnica:

- ❖ Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- ❖ Letra Monetária: Sem letra monetária;
- ❖ Moeda comemorativa de circulação comum;
- ❖ Metal: Ouro, 917%;
- ❖ Diâmetro: 30,0 mm;
- ❖ Espessura: 1,8 mm;
- ❖ Peso: 17,93 gramas;
- ❖ Borda: Serrilhada;
- ❖ Anos de Cunhagem: 1889, 1892 a 1904, 1906 a 1914, 1917, 1919, 1921 e 1922. Também foram produzidas moedas em 1890, contudo foi mantido o ano de 1889;
- ❖ Reverso: Alegoria traz o colar com 21 estrelas, representando os estados brasileiros e a capital republicana. Ao centro, sob o fundo linhado horizontal (cor azul na heráldica) estão cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República. Legenda: "ORDEM E PROGRESSO" entre duas estrelas e a data de 15 DE NOVEMBRO DE 1889, lembrando o marco da Proclamação da República;
- ❖ Anverso: Busto de mulher, portando o barrete frígio (espécie de touca ou carapuça) que representa a liberdade e a República. Abaixo, no lado direito da figura, encontram-se as iniciais F.C., referentes ao gravador Francisco José Pinto Carneiro. Legenda: "REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL" – primeira denominação do País, utilizada em algumas moedas até 1965. Ano, entre estrelas.

10.000 Réis

- Ficha Técnica:

- ❖ Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- ❖ Letra Monetária: Sem letra monetária;
- ❖ Moeda comemorativa de circulação comum;
- ❖ Metal: Ouro, 917%;
- ❖ Diâmetro: 22,5 mm;
- ❖ Espessura: 1,6 mm;
- ❖ Peso: 8,96 gramas;
- ❖ Borda: Serrilhada;
- ❖ Anos de Cunhagem: 1889, 1892 a 1904, 1906 a 1909, 1911, 1914 a 1916, 1919, 1921 e 1922. Também foram produzidas moedas em 1890, contudo foi mantido o ano de 1889;
- ❖ Reverso: Alegoria traz Armas da República, o valor de 10.000 RÉIS e, acima, a legenda "ORDEM E PROGRESSO" entre duas estrelas;
- ❖ Anverso: Busto de mulher, portando o barrete frígio (espécie de touca ou carapuça) que representa a liberdade e a República. Abaixo, no lado direito da figura, encontram-se as iniciais F.C., referentes ao gravador Francisco José Pinto Carneiro. Legenda: "REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL". Ano, entre estrelas.

2.000 Réis

- Ficha Técnica:

- ❖ Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- ❖ Letra Monetária: Sem letra monetária;
- ❖ Metal: Prata, 916,6%;
- ❖ Diâmetro: 37,0 mm;
- ❖ Espessura: 2,0 mm;
- ❖ Anos de Cunhagem: 1891, 1896 e 1897;
- ❖ Peso: 25,50 gramas;
- ❖ Borda: Serrilhada;
- ❖ Reverso: Alegoria traz o colar com fundo linhado na vertical (cor vermelha na heráldica) com 20 estrelas, representando os estados brasileiros. Ao centro, círculo com fundo linhado na horizontal (cor azul na heráldica), contendo cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República. Acima, encontra-se a estrela maior que dissipa raios, representando a então capital da nova República, o Rio de Janeiro. A alegoria é contornada por ramos de folhagens (alguns autores mencionam

que se referem a ramos de café e tabaco), culturas responsáveis pela riqueza do país. Completam a descrição do reverso, a legenda republicana “ORDEM E PROGRESSO” e o valor DOIS MIL RÉIS, única vez na numismática brasileira em que uma moeda apresenta o valor monetário por extenso;

- ❖ Anverso: Ano, entre estrelas. Legenda: “REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL”. Cabeça de mulher, representando o regime republicano.

A cunhagem dessa moeda foi dedicada a pagamentos de dívidas externas contraídas pelo Governo, que na maioria dos casos foram fundidas posteriormente, o que tornam escassos os exemplares existentes. Conhecida como “as três cabeças”, devido aos anos de cunhagem, 1891, 1896 e 1897, a moeda de 2.000 Réis é considerada pelos numismatas como uma das mais belas moedas que circularam na República.

1.000 Réis

- Ficha Técnica:

- ❖ Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- ❖ Letra Monetária: Sem letra monetária;
- ❖ Moeda comemorativa de circulação comum;
- ❖ Metal: Prata, 917%;
- ❖ Diâmetro: 30,0 mm;
- ❖ Espessura: 2,0 mm;
- ❖ Peso: 12,75 gramas;
- ❖ Borda: Serrilhada;
- ❖ Ano de Cunhagem: 1889. Também foram produzidas moedas em 1890, contudo foi mantido o ano de 1889;
- ❖ Reverso: Alegoria traz o colar com 21 estrelas, representando os estados brasileiros e a capital da República. Ao centro, sob o fundo linhado horizontal (cor azul na heráldica), estão cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República. Legenda: “ORDEM EM PROGRESSO”. O valor 1.000 RÉIS, entre duas estrelas;
- ❖ Anverso: Busto de mulher, portando o barrete frígio (espécie de touca ou carapuça) que representa a liberdade e a República. Abaixo, no lado direito da figura, encontram-se as iniciais F.C., referentes ao gravador Francisco José Pinto Carneiro. Legenda: “REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL”. Ano, entre estrelas.

500 Réis

- Ficha Técnica:

- ❖ Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- ❖ Letra Monetária: Sem letra monetária;
- ❖ Moeda comemorativa de circulação comum;
- ❖ Metal: Prata, 917%;
- ❖ Diâmetro: 25,0 mm;
- ❖ Espessura: 1,3 mm;
- ❖ Peso: 6,37 gramas;
- ❖ Borda: Serrilhada;
- ❖ Ano de Cunhagem: 1889. Também foram produzidas moedas em 1890, contudo foi mantido o ano de 1889. Como variantes, podem ser encontradas moedas com reversos horizontal e inclinado;
- ❖ Reverso: Alegoria traz o colar com 21 estrelas, representando os estados brasileiros e a capital republicana. Ao centro, sob o fundo linhado horizontal (cor azul na heráldica), estão cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República. Legenda: "ORDEM E PROGRESSO". Valor 500 RÉIS, entre duas estrelas;
- ❖ Anverso: Busto de mulher, portando o barrete frígio (espécie de touca ou carapuça) que representa a liberdade e a República. Abaixo, no lado direito da figura, encontram-se as iniciais F.C., referentes ao gravador Francisco José Pinto Carneiro. Legenda: "REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL". Ano, entre estrelas.

200 Réis

- Ficha Técnica:

- ❖ Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- ❖ Letra Monetária: Sem letra monetária;
- ❖ Moeda comemorativa de circulação comum;
- ❖ Metal: Liga cupro-níquel (75 % de cobre);
- ❖ Diâmetro: 32,0 mm;
- ❖ Espessura: 2,3 mm;
- ❖ Peso: 15,00 gramas;
- ❖ Borda: Lisa;
- ❖ Anos de Cunhagem: 1889, 1893 a 1900. Também foram produzidas moedas em 1890, 1891 e 1892, contudo foi mantido o ano de 1889. Como variantes, podem ser encontradas moedas com reversos horizontal e invertido;
- ❖ Reverso: No círculo central está o valor de 200 RÉIS, com o fundo linhado horizontal e vertical, representando a cor preta na heráldica. Legenda: "ORDEM E PROGRESSO". Entre duas estrelas está registrada a data de 15 DE NOVEMBRO DE 1889, referente ao marco da Proclamação da República;
- ❖ Anverso: Alegoria traz o colar com 21 estrelas, representando os estados brasileiros e a capital da República. Ao centro, sob o fundo linhado horizontal (cor azul na heráldica), estão cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República. Legenda: "REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL". Ano, entre duas estrelas.

100 Réis

- Ficha Técnica:

- Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- Letra Monetária: Sem letra monetária;
- Moeda comemorativa de circulação comum;
- Metal: Liga cupro-níquel (75 % de cobre);
- Diâmetro: 27,0 mm;
- Espessura: 2,0 mm;
- Peso: 10,00 gramas;
- Borda: Lisa;
- Anos de Cunhagem: 1889, 1893 a 1900. Também foram produzidas moedas em 1890, 1891 e 1892, contudo foi mantido o ano de 1889. Como variantes, podem ser encontradas moedas com reversos horizontal e invertido;
- Reverso: No círculo central, o valor de 100 RÉIS, com o fundo linhado horizontal e vertical, representando a cor preta na heráldica. Legenda: "ORDEM E PROGRESSO". Entre duas estrelas está registrada a data de 15 DE NOVEMBRO DE 1889, referente ao marco da Proclamação da República;
- Anverso: Alegoria traz o colar com 21 estrelas, representando os estados brasileiros e a capital da República. Ao centro, sob o fundo linhado horizontal (cor azul na heráldica), estão cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República. Legenda: "REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL". Ano entre duas estrelas.

40 Réis

- Ficha Técnica:

- Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- Letra Monetária: Sem letra monetária;
- Metal: Bronze;
- Diâmetro: 30,0 mm;
- Espessura: 2,1 mm;
- Anos de Cunhagem: 1889, 1893 a 1898, 1900, 1901, 1907 a 1912. Também foram produzidas moedas em 1890, 1891 e 1892, contudo foi mantido o ano de 1889;
- Peso: 12,00 gramas;

- ❖ Borda: Lisa;
- ❖ Reverso: Legenda: “A ECONOMIA FAZ A PROSPERIDADE”, frase alusiva à educação financeira. Estrela e círculo formado por colar de pérolas, contendo, no centro, o valor 40 RÉIS;
- ❖ Anverso: Alegoria traz o colar com 21 estrelas, representando os estados brasileiros e a capital republicana. Ao centro, sob o fundo linhado horizontal (cor azul na heráldica), estão cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República. Legenda: “REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL”. Ano, entre duas estrelas.

20 Réis

- Ficha Técnica:

- ❖ Casa da Moeda: Rio de Janeiro;
- ❖ Letra Monetária: Sem letra monetária;
- ❖ Metal: Bronze;
- ❖ Diâmetro: 25,0 mm;
- ❖ Espessura: 1,8 mm;
- ❖ Anos de Cunhagem: 1889, 1893 a 1901, 1904 a 1906, 1908 a 1912. As 630.000 moedas cunhadas em 1890 registraram o ano de 1889, forma encontrada pelo governo para intensificar a divulgação da data de Proclamação da República para todo o território;
- ❖ Peso: 7,00 gramas;
- ❖ Borda: Lisa;
- ❖ Reverso: Legenda: “VINTÉM POUPADO, VINTÉM GANHO”, frase alusiva à educação financeira que incentivava as famílias a pouparem. Estrela e colar de pérolas, contendo, ao centro, o valor 20 RÉIS;
- ❖ Anverso: Alegoria traz as Armas da República e na orla, a Legenda “REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL”. Ano, entre estrelas.

Referências

1. Amato, Cláudio; Neves, Irlei e Russo, Arnaldo. **Livro das Moedas do Brasil,** 13ª edição. Edição do Autor, São Paulo, 2014.
2. Cerezo, Miguel Castro. **Enciclopédia do estudante: História do Brasil das Origens ao Século XXI**, 1ª edição, Moderna, São Paulo, 2008.
3. Gallas, Fernanda D. e Gallas, Alfredo O.G. **As Moedas Contam a História do Brasil,** Editora Magma Cultura, Rio de Janeiro, 2007.
4. Gomes, Laurentino. **1889**, 1ª edição, Globo, São Paulo, 2013.
5. Maldonado, Rodrigo. **Moedas Brasileiras: Catálogo Oficial**, 4ª edição. MBA Editores, 2016.
6. Schwarcz, Lilian Moritiz e Starling, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**, 1ª edição, Companhia das Letras, São Paulo, 2015.
7. Schwarcz, Lilian Moritiz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II – um monarca nos trópicos.** 1ª edição, Companhia das Letras, São Paulo, 1999.
8. Site: www.moedasdobrasil.com.br
9. Site: www.bcb.gov.br
10. Site: www.tac.sc.gov.br

(*) Juliano Natal
E-mail: juliano_natal@yahoo.com.br

VOCÊ SABIA?...

O Museu dos Correios funciona em Brasília, com um acervo de mais de um milhão de peças relacionadas à história postal e telegráfica do Brasil.

Seu nome oficial é Museu Nacional dos Correios, desde 2012, quando na verdade foi “reaberto”, após uma reformulação do Museu Postal e Telegráfico - MPT, instituído em 1931 pelo então Departamento de Correios e Telégrafos, o DCT.

Voltando um pouco na história, chegamos ao século XIX, de quando datam as iniciativas para preservação de bens e documentos dos Correios e Telégrafos do Brasil.

O Museu Telegráfico foi criado, ainda no Império, por Guilherme Schüch, posteriormente Guilherme Capanema, o Barão de Capanema, e o Museu Postal por Luis Betim Paes Leme, Diretor Geral dos Correios, menos de um ano antes da Proclamação da República.

(Fonte: www.correios.com.br)

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
NO THESOURO NACIONAL
038639
50
CINCOENTA MIL REIS